

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XL PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
06 DE MAIO DE 2021 – VIDEOCONFERÊNCIA

1 Aos seis dias do mês de maio de 2021, às 13h30, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São
2 Francisco (CBHSF) reuniram-se, por meio de videoconferência através da plataforma Google Meet (link:
3 <https://meet.google.com/ixu-bvvp-mpm>) com transmissão *online* no canal do CBHSF no *Youtube*, para participar
4 da XL Reunião Plenária Ordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Nelson Cunha
5 Guimarães, Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Heloísa Cristina França Cavallieri Pedrosa,
6 Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito – (SAAE/ITABIRITO); Evanildo Pereira de Lima, Empresa Baiana de
7 Águas e Saneamento (EMBASA); João Raphael Silva de Queiroz, Companhia Pernambucana de Saneamento
8 (COMPESA); Valeska Cavalcante da Costa, Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL); José Gabriel Almeida
9 de Campos - Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO); João Carlos de Melo, Instituto Brasileiro de
10 Mineração (IBRAM); Deivid Lucas de Oliveira, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Jadir
11 Silva de Oliveira, Associação das Indústrias Sucroenergéticas do Estado de Minas Gerais; Junich Tani, Federação
12 das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE); Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro;
13 Guilherme da Silva Oliveira, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Alessandra
14 por Alan Fabricio Malinski, Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA); Ednaldo de Castro Campos,
15 Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte (AFAF); Vilma Martins Veloso, Federação dos Pescadores
16 Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais (FEPAMG); Anselmo Barbosa Caires, Associação dos Condutores de
17 Visitantes do Morro do Chapéu; José Maciel Nunes de Oliveira, Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas
18 (FEPEAL); Renato Junio Constâncio, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Altino Rodrigues Neto,
19 Instituto Opará; José Valter Alves, Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra, Instituto
20 Guaicuy; Johann Gnadlinger, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA); Anivaldo de
21 Miranda Pinto, Instituto Ecoengenharia; Almacks Luiz Silva, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável de
22 Diamantina; Márcio Tadeu Pedrosa, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG);
23 Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, Universidade Federal da Bahia (UFBA); Lessandro Gabriel da Costa, Prefeitura
24 Municipal de Lagoa da Prata/MG; Roberto Carlos Rodrigues da Silva, Prefeitura Municipal de Três Marias/MG;
25 João Barbosa de Oliveira, Prefeitura Municipal de Correntina/BA; João Pedro da Silva Neto, Prefeitura Municipal
26 de Juazeiro/BA; Suzana Maria Gico Lima Montenegro, Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC); Ailton
27 Francisco da Rocha, Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH/SE); Gustavo
28 Antônio Carneiro, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA/DF);
29 João Ricardo Raiser, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH/GO); Wilson Rodrigues
30 de Melo Junior, Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Rachel Landgraf de Siqueira, Ministério do Meio
31 Ambiente (MMA). Marlian Leão de Oliveira, Ministério de Minas e Energia (MME). **Participaram os seguintes**
32 **membros suplentes:** Cláudio Ademar da Silva, Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Projeto Glória Ltda
33 (COOPAG); João Batista de Araújo Silva, Associação dos Produtores Rurais do Vale do Moxotó (UNIVALE); Carlos
34 Vanderlei Leite Pinheiro, Rota das Águas Velho Chico (no exercício da titularidade); William Bertozzi Dornas,
35 Náutico Clube Três Marias; Sonáli Cavalcanti Oliveira (no exercício da titularidade), Companhia Hidro Elétrica do
36 São Francisco (CHESF); Adelson Toledo de Almeida (no exercício da titularidade), Associação dos Municípios da
37 Bacia do Médio São Francisco (AMMESF); Luiz Roberto Porto Farias, Ordem dos Advogados do Brasil de Alagoas
38 (OAB/AL); Cláudio Pereira da Silva, Comunidades Quilombolas; Breno Henrique da Silva Ramos, Prefeitura
39 Municipal de Pompéu/MG; Marcelo Fonseca (no exercício da titularidade), Secretaria de Estado de Meio
40 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD/MG); Larissa Cayres de Souza (no exercício da titularidade),
41 Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA); Pedro de Araújo Lessa; Secretaria de Meio
42 Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH/SE); Athadeu Ferreira da Silva, Companhia de
43 Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). **Participaram também:** Jacqueline
44 Fonseca, Maurício Oliveira, Sâmela Ingrid Bitencourt, Thiago Batista Campos, Rúbia Santos Barbosa Mansur,
45 Berenice Coutinho Malheiros dos Santos, Célia Froes, Francimara Pereira (*Youtube*), Ana Luiza Alpoim (*Youtube*),
46 Rayssa Balieiro (*Youtube*) - Agência Peixe Vivo; Juciana Cavalcante e Mariana Martins - empresa de comunicação
47 do CBHSF (Tanto Expresso); Flávia Simões - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Luciene
48 Menezes - Inovesa; Simon Nascimento - Assessoria de Comunicação SISEMA; Emerson Soares - Universidade
49 Federal de Alagoas (UFAL); Alice Vilela - Secretaria de Meio Ambiente de Morro do Chapéu; Larissa Rosa - Câmara
50 Técnica de Planos, Programas e Projetos do CBHSF; Carmynie Xavier - Centro Brasil no Clima (*youtube*); Douglas
51 Wanderley - Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) (*youtube*); Marcelo Ribeiro - Câmara Técnica

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XL PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
06 DE MAIO DE 2021 – VIDEOCONFERÊNCIA

52 Institucional e Legal (CTIL/CBHSF) (*youtube*); Miguel Angel Polino, Rafaella Oliveira Baracho - Instituto Federal da
53 Bahia (*youtube*). Com a palavra, Rúbia Mansur, Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, certifica-se de que
54 há quórum suficiente para dar prosseguimento à reunião, agradece a presença de todos, apresenta as
55 orientações gerais para o bom andamento da reunião virtual e coloca em tela os pontos de pauta: 1 - Informes:
56 Processo Eleitoral CBHSF, Controle POA, Resultado do Processo de Manifestação de interesse para projetos de
57 esgotamento sanitário e Pedido de flexibilização da vazão do Rio São Francisco pelo ONS; 2 - Aprovação da ata da
58 XXIII Plenária Extraordinária realizada no dia 27 de novembro de 2020 e da ata da XXXIX Plenária Ordinária
59 realizada no dia 17 de dezembro de 2020; 4 - Deliberação que “Renova a indicação da Agência de Bacia
60 Hidrográfica Peixe Vivo /Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água do Comitê da Bacia
61 Hidrográfica do Rio São Francisco; 5 - Deliberação que “Aprova o Relatório Anual de Atividades do Comitê da
62 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – exercício 2020”; 6 - Deliberação que “Dispõe sobre a alteração do Plano
63 de Aplicação Plurianual 2021-2025, a ser executado com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de
64 recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”; 7 - Apresentação sobre o Plano Nacional de
65 Recursos Hídricos – CNRH; 8 - Apresentação do Projeto Lagoa de Itaparica; 9 - Lançamento Livro “Luzes do farol
66 de Cordouan para o Rio São Francisco” do Dr. Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira; 10 - Encerramento. Na
67 sequência, o presidente do CBHSF, Anivaldo de Miranda Pinto, declara oficialmente aberta a reunião, informa que
68 a pauta enviada previamente aos membros respeitou preceitos regimentais e que os assuntos a serem tratados
69 foram debatidos primeiramente nas Câmaras Consultivas Regionais. O presidente do CBHSF pede a inclusão de
70 um ponto na pauta urgente o qual se teve conhecimento somente na presente data. Segundo ele, trata-se do
71 projeto de exploração de poços petrolíferos profundos na região da foz do Rio São Francisco. Em seguida, repassa
72 a palavra ao professor Emerson Soares, da Universidade Federal de Alagoas, que é uma das autoridades
73 científicas na região do Nordeste no que diz respeito aos projetos oceânicos e lidera expedições científicas no
74 Baixo São Francisco. O professor informa que somente tomou conhecimento da temática recentemente e que há
75 duas semanas foi procurado pela empresa RM, responsável pela formulação do relatório de impacto ambiental,
76 para discutir sobre a exploração de petróleo em Sergipe e Alagoas. Segundo ele, a atividade permitirá a
77 perfuração de onze (11) poços de petróleo nessa região, a qual se encontra exatamente na foz do Rio São
78 Francisco. Na apresentação ele menciona a empresa de óleo e gás que fará as perfurações, a ExxonMobil, a fase
79 em que o projeto se encontra, que é de licenciamento ambiental pelo IBAMA, e dados específicos sobre as
80 perfurações. Explica que as atividades têm previsão de início no segundo semestre do ano de 2021 e durarão até
81 2024. Ressalta também o fato de que a área explorada é composta por um dos bancos de camarão mais
82 importantes do país, é uma região conflitante por ser próxima a região pesqueira e caracteriza-se como área de
83 proteção ambiental. Finaliza dizendo que, na reunião com as empresas responsáveis pelo projeto e execução,
84 foram externalizadas todas as preocupações sobre o projeto e sugeriu a eles o contato do CBHSF e das colônias
85 de pescadores para discutir a temática. Em seguida, Almacks Silva afirma que os responsáveis pela região do Baixo
86 São Francisco precisam buscar uma explicação para o caso e também o inserir nas discussões levantadas dentro
87 do CBHSF, aproveita para alertar a existência de problemas similares na região Médio São Francisco que
88 começaram em 2017 após a previsão de criação de uma barragem - Projeto Pedra de Ferro. Com a palavra,
89 Johann Gnadlinger cita o Acordo de Paris sobre desenvolvimento sustentável. Dentre as metas do acordo ele frisa
90 a diminuição de CO₂ até 2030, que busca diminuir o aquecimento global por meio de mudanças na política
91 ambiental. Salienta que um projeto como esse vai totalmente na contramão do futuro sustentável do mundo e
92 que é preciso questionar a necessidade de se explorar ainda mais petróleo. Completa dizendo que o CBHSF
93 precisa fazer de tudo para frear o projeto, pois, segundo ele, atividades como essa se chama “meu extrativismo”,
94 termo que indica a exploração exacerbada do meio-ambiente em proveito próprio. O presidente do comitê
95 informa que a Câmara Consultiva do Baixo São Francisco resolveu constituir uma comissão para estudar os
96 impactos e buscar informações sobre uma mineração de cobre no território de Alagoas e que também serão
97 recolhidas informações sobre a exploração de petróleo. Em seguida, afirma que a Câmara Consultiva Institucional
98 e Legal (CTIL) foi acionada a fim de discutir as normas e competências do comitê conforme seu plano e sua
99 constituição. Por meio de tal análise será possível entender a atuação do comitê sobre grandes projetos
100 impactantes. A análise será levada ao conhecimento de todo colegiado. Posteriormente, a Gerente de Integração
101 da Agência Peixe Vivo, Rúbia Mansur, dando seguimento à pauta, aborda o primeiro informe sobre o processo
102 eleitoral. Ela alerta a todos em relação aos prazos, informa a data final para inscrição e compartilha link de acesso

103 ao processo eleitoral no site do CBHSF. Em seguida, passa-se a palavra ao Thiago Campos e Mateus Carvalho, da
104 Agência Peixe Vivo, para realização da apresentação a respeito do Plano de Execução Orçamentário Anual 2021
105 (POA) aprovado no último ano. Com a palavra, Thiago Campos explica que conforme estabelecido no Contrato de
106 Gestão 028/ANA/2020 é obrigação da Entidade Delegatária (ED) manter o POA permanentemente atualizado e
107 disponível para acompanhamento, fiscalização e controle social. Ciente disso, ao final do ano passado foi
108 aprovado o POA/2021 e com base nele a Agência Peixe Vivo desenvolveu um módulo para acompanhamento do
109 instrumento. Mateus Carvalho, Coordenador de Sistemas da Agência Peixe Vivo, inicia a apresentação a respeito
110 da ferramenta – *Power BI (Business Intelligence)*. A primeira tela do sistema apresenta uma capa com o Plano de
111 Execução Orçamentaria Anual de todos os Comitês que a Agência Peixe Vivo realiza o acompanhamento da
112 gestão de recursos hídricos. Dentre eles encontra-se o planejamento do CBHSF, ao clicar no botão do comitê o
113 acesso é encaminhado a um painel com gráficos, conhecido como *dashboard*. No painel são visíveis todas as
114 informações referentes ao planejamento das ações que serão executadas no período de 2021, tais como valor
115 planejado, já executado, o saldo atual, a quantidade de ações previstas, dentre outras. É possível ver também a
116 fase de cada ação: execução, licitação, ainda não executadas, etc. Todos os dados estarão colocados de maneira
117 pública para que o comitê possa acompanhar todas as atividades executadas pela Agência Peixe Vivo. Segundo o
118 coordenador, o módulo é um panorama geral das ações demandadas, contratadas e executadas. Com a palavra,
119 Thiago Campos acrescenta que as informações são até o mês de março, mas que muito em breve as informações
120 serão atualizadas até o mês de abril. Em seguida, Rúbia Mansur passa a palavra para Jacqueline Fonseca,
121 Coordenadora Técnica da Agência Peixe Vivo, para tratar o status do Processo de Manifestação de Interesse dos
122 Projetos de Esgotamento Sanitário. A coordenadora se apresenta e, a fim de contextualizar o assunto, explica que
123 no dia 15 de fevereiro de 2021 foram publicados quatro Editais para Projetos de Esgotamento Sanitário, sendo
124 um para cada região fisiográfica da Bacia do Rio São Francisco. Segundo ela, o objetivo desse procedimento é a
125 seleção de um município em cada região da bacia para ser contemplado com a elaboração desses projetos, sendo
126 eles para sistema de uso coletivo. Os Editais permaneceram abertos até o dia 31 de março de 2021, após
127 recebidas inscrições de municípios interessados, a Agência Peixe Vivo fez então uma análise de cada uma delas.
128 Posteriormente foram elaborados os Pareceres Técnicos com os resultados dessas análises e encaminhados dia
129 26 de abril para a DIREC. Jacqueline Fonseca esclarece que, após análise da DIREC, será dada sequência a
130 deliberação do resultado final. Segundo ela, de um modo geral, houve uma adesão muito boa, lembrando que as
131 premissas para participar eram: ser município ribeirinho em relação à calha do Rio São Francisco e já ter sido
132 contemplado com planos municipais de saneamento básico financiados pelo comitê, PMSB. A pedido de Ednaldo
133 Campos, ela cita os municípios que foram habilitados para o processo, Alto São Francisco: Jaíba/MG,
134 Pompéu/MG, São Romão/MG, Moema/MG, Bom Despacho /MG e Lagoa da Prata/MG; Médio São Francisco:
135 Barra/BA, Remanso/BA e Xique-Xique/BA. Submédio São Francisco: Chorrochó/BA e Abaré/BA; Baixo São
136 Francisco: Traipu/AL, Penedo/AL, Piranhas/AL, Delmiro Gouveia/AL, Igreja Nova/AL, Piaçabuçu/AL, Telha/SE e
137 Propriá/SE. A Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, Rúbia Mansur, passa a palavra ao Presidente Anivaldo
138 para abordagem do último informe, Pedido de Flexibilização da Vazão do Rio São Francisco. O presidente inicia
139 sua fala afirmando a importância em abordar a política de vazões, pois é um assunto absolutamente vital
140 principalmente do ponto de vista da calha central do Rio São Francisco e sua cascata de hidrelétricas, além de
141 gerar repercussões sobre todo o contexto dos usos múltiplos da água. Explica que a partir de 2013 se iniciou a
142 seca historicamente mais grave do Rio São Francisco, a qual se estendeu até o ano de 2019. Nesse período, houve
143 momentos dramáticos na calha central e nos grandes afluentes que levaram os reservatórios próximo do volume
144 morto, caso de Sobradinho, Três Marias, Itaparica, dentre outros. Foi nesse contexto que o CBHSF sugeriu a
145 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a constituição de uma sala de crise, que hoje é referência
146 para outras bacias e se tornou um fórum de consultas sobre gerenciamento da crise de escassez hídrica.
147 Acrescenta que esse projeto evitou a judicialização massiva das situações de conflito surgidos na bacia nos
148 momentos de crise. Afirma que é necessário haver previsibilidade na operação dos reservatórios do Rio São
149 Francisco e que nesse sentido foi implementada a Resolução 2081, adotada em 2017 pela ANA e colocada em
150 vigor em 2019. Ao explicar a normativa, informa que nela há limitações às barragens para cada período que a
151 bacia vier a enfrentar. Por outro lado, afirma que a Resolução entrou em vigor em um momento que foi
152 necessário flexibilizar vazões, o que causou impactos possivelmente negativos ao rio. É citado também todos os
153 impactos da Resolução e a importância de se discuti-la, pois, a normativa traz confiança para o comitê. Por fim,

154 ressalta-se que o CBHSF irá continuar trabalhando nesse sentido, que haverá mobilizações em prol das
155 possibilidades de estudo sobre os novos fenômenos e que serão convidados os parceiros do setor elétrico a fim
156 de prever situações e evitar momentos dramáticos na Bacia do Rio São Francisco. Em seguida, a Professora
157 Yvonilde Medeiros parabeniza a fala do Presidente Anivaldo Miranda que relatou, perfeitamente os
158 acontecimentos. Ela ressalta que, em virtude dos recentes momentos difíceis enfrentados pelo CBHSF, ela cogitou
159 deixar de ser membro; isso porque ao perceber que os acordos já firmados estavam a ponto de serem rasgados,
160 viu a desconstrução de todo trabalho feito sobre a bacia. Por meio do *chat* ela disponibiliza a Resolução 2081 para
161 a leitura de todos, acrescenta dizendo que não é uma Resolução perfeita e que nela não há clareza com relação às
162 cheias. A normativa apresenta duas condicionantes em relação à cheia que são quase impossíveis de serem
163 implementados, e por isso a equipe de trabalho sobre a vazão ambiental foi convidada a fim de chegar a uma
164 proposta sobre a cheia, sua intensidade, a frequência com que deveria acontecer, a duração, pois tais pontos são
165 condições para que haja a reprodução no rio. Entretanto, após a finalização de todo trabalho realizado pela
166 equipe, a cheia não pode acontecer. Afirma que foi uma perda de expectativa, pois era o momento ideal para
167 acontecer desde 2012. Contudo, a professora entende que foi uma decisão concordada pelo comitê em um
168 momento que o país passava por uma crise e, por essa razão, o Rio São Francisco fez tal sacrifício. Portanto, ela
169 ressalta que há uma necessidade de que o CBHSF se debruce sobre o assunto, pois em algum momento a
170 discussão será retomada. Acrescenta dizendo que a temática vai além da academia, é um assunto do rio, e que as
171 vazões do rio a qualquer momento não irão chegar; passando a não ter condições de manter a vida aquática e dos
172 ribeirinhos. Finaliza sua fala dizendo que são situações bem difíceis, mas não se pode matar o ecossistema para
173 poder manter a economia, é preciso uma solução inteligente para que todos os usos sejam possíveis na bacia. Em
174 seguida, a Gerente de Integração dá continuidade ao próximo ponto de pauta, Aprovação da Ata da 23ª Plenária
175 Extraordinária realizada em novembro e da Ata da 39ª Plenária Ordinária que ocorreu em dezembro. Rúbia
176 Mansur informa que recebeu anteriormente as contribuições e dá abertura eventual complementação. Com a
177 palavra, Sonáli Oliveira afirma que as contribuições dadas foram pequenos detalhes e parabeniza a equipe da
178 Gerência de Integração da Agência Peixe Vivo pela elaboração da Ata. Rúbia Mansur agradece e após a aprovação
179 das atas segue para o próximo ponto de pauta, a Deliberação que renova a indicação da Agência Peixe Vivo para
180 desempenhar as funções de Agência de Água de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A deliberação é
181 apresentada em tela para visualização de todos e a palavra é repassada ao Presidente Anivaldo Miranda para
182 explicação do processo. O presidente afirma que a aprovação será feita agora no início do ano, pois haverá um
183 desdobramento dessa matéria no Conselho Nacional de Recursos Hídricos com a participação da ANA que elabora
184 a nota técnica. Diz que, a fim de não criar atropelos, a Deliberação foi passada em todas as Câmaras Consultivas
185 Regionais e justifica a renovação com base no desempenho e avaliações obtidas pela Entidade Delegatária.
186 Ressalta que tais avaliações positivas consideram sobretudo o contexto de pandemia e que houve bastante
187 sintonia entre o Comitê de Bacia Hidrográfica e a Agência Delegatária, sendo superadas várias dificuldades e
188 criadas novas metodologias de trabalho. Portanto, para dar continuidade aos trabalhos, a Diretoria Colegiada se
189 debruçou e recomenda que o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco aprove a renovação do contrato
190 por mais seis (6) anos, o que coincidirá com o final do Plano de Aplicação Plurianual que irá até 2025. Na
191 sequência a Deliberação é aprovada por unanimidade. A seguir, é apresentado o próximo ponto de pauta, a
192 Deliberação que aprova o relatório anual de atividades do comitê do exercício de 2020. Rúbia Mansur informa
193 que o Contrato de Gestão solicita que o Comitê de Bacia Hidrográfica delibere na primeira reunião do ano sobre
194 as atividades desenvolvidas e os principais encaminhamentos do ano anterior. Em tela é apresentada uma minuta
195 contendo em anexo o relatório de atividades de 2020. Não havendo contribuições, a Deliberação é aprovada e
196 será encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e para ANA, além de ser publicada no site do
197 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Em seguida, a palavra é repassada ao Thiago Campos da
198 Agência Peixe Vivo para abordar a respeito das alterações do PAP 2021/2025. Thiago Campos inicia dizendo que a
199 alteração realizada foi motivada por entendimentos alcançados junto à diretoria colegiada, segundo ele é sabido
200 que em virtude da pandemia atravessada os investimentos de certa forma foram prejudicados. Ressalta que
201 especialmente no último ano houve uma frustração muito grande no que tange a previsão de investimentos,
202 entretanto, não houve quebra na arrecadação. Indica que o saldo apresentado no início do ano é de 117 milhões
203 e, portanto, foi pensada uma forma de melhorar o desempenho no que diz respeito aos investimentos com os
204 recursos da cobrança. Explica que em conversa com Diretoria Colegiada, foi publicada uma resolução que solicitou

205 da Agência Peixe Vivo uma proposição de ações a fim de alavancar investimentos no curto prazo (2021/2022). Ele
206 informa que não foram propostos grandes novos projetos, pois já existe um grande número de ações previstas.
207 Diz também que foram apresentados alguns remanejamentos, estima-se que seja possível alavancar
208 investimentos na ordem de 20 milhões na tentativa de melhorar o desempenho de investimentos nos próximos
209 dois anos. A Deliberação que altera o PAP 2021/2015 é apresentada e tem as suas alterações detalhadas. Thiago
210 Campos inicia explicando a Ação 1.3.1 - Participação no Cadastramento de Uso dos Recursos Hídricos que teve
211 seus valores aumentados de 6,900 milhões para 12,700 milhões. Adiante, afirma que a Ação 1.6.1 – Participação
212 nas Campanhas de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos, em que se enquadra a Fiscalização Preventiva
213 Integrada (FPI), teve seus recursos reduzidos 50% uma vez que ficariam ociosos devido ao cenário pandêmico
214 atual. Aborda-se a Ação 1.9.2 – Promoção de Articulações, Cooperações e Parceiros para Gestão Integrada de
215 Recursos Hídricos que gerou ao final do ano passado um acordo com a Associação Pernambucana de Águas e
216 Clima (APAC) para realização de um cadastramento de Açudes e Barramentos no semiárido pernambucano e,
217 portanto, passa a receber um aporte financeiro. Em seguida, é tratada a Ação 1.11.4 – Capacitação Técnica
218 Relacionada ao Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, para essa ação foi proposta a duplicação do
219 orçamento previsto para os anos de 2022/2023, já que ela tem como objetivo fazer a capacitação dos usuários
220 dos recursos hídricos. Thiago Campos também apresentou as mudanças na Ação 2.1.2 – Estudos, Planos, Projetos
221 ou Obras para Implantação, Expansão e Adequação de Sistemas de Efluentes Domésticos que inicialmente previa
222 a implantação de dois (2) Sistemas e agora prevê a implantação de mais um em outros municípios, conforme
223 explicado anteriormente por Jaqueline Fonseca. Adiante, informa-se que a Ação 2.2.4 – Estudos, Projetos ou
224 Obras para Sistemas de Abastecimento de Água sofreu uma alteração nos valores a fim de atender os requisitos
225 orçamentários dos projetos dentro de seu escopo e que a Ação 2.3.1 – Estudos, Planos, Projetos e Intervenções
226 Destinadas a Recuperação ou Conservação da Cobertura Vegetal em Áreas de Preservação Permanente ou outras
227 Áreas Voltadas à Proteção dos Recursos Hídricos também obteve uma elevação no orçamento a fim de atender os
228 projetos especiais para recuperação de estradas no Alto São Francisco e de limpeza da Lagoa de Itaparica. Por fim,
229 explicou que a Ação 3.1.2 – Serviços de Tecnologia da Informação necessária ao funcionamento dos Sistemas
230 Corporativos do Comitê da Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária obteve um acréscimo orçamentário com
231 o objetivo de realizar uma estruturação e modernização de todos os sistemas de informática para melhor
232 atendimento e funcionamento tanto da Agência Peixe Vivo quanto do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São
233 Francisco. Thiago Campos finaliza a leitura dos demais parágrafos e artigos do documento, agradece e se coloca à
234 disposição. Em seguida, com a palavra, Sonáli Oliveira questiona ao Thiago Campos qual foi o acréscimo no
235 orçamento nos cinco (5) anos com relação ao valor apresentado em dezembro. Ele esclarece que o orçamento foi
236 na ordem de 300 milhões e após o aporte apresentado haverá um acréscimo na ordem de 20 milhões, o que
237 engloba tanto Ações de Investimento e Ações de Custeio da Entidade Delegatária. Ela pede que seja esclarecido
238 também qual é o trecho incremental do Rio São Francisco apresentado na Ação 1.3.1 e Thiago Campos informa
239 que tal trecho inicia-se imediatamente a montante da Barragem de Três Marias e se estende até próximo ao
240 município de Morpará. Com a palavra, Johan Gnadlinger afirma que é interessante todos estudarem os
241 pormenores e salienta a Ação 2.1.2 a respeito da Recuperação da Qualidade da Água que abrange estudos de
242 saneamento. Nesse sentido, ele retoma a Oficina sobre Sustentabilidade Hídrica do Semiárido realizada em um
243 seminário no ano de 2019 e informa que foram elaboradas recomendações para uso de tecnologias renovadoras
244 de saneamento básico na área rural e semiárido, propõe incluir tecnologias de baixo custo que podem trazer
245 mudanças para as famílias rurais. Em resposta, Thiago Campos informa que a Ação 2.2.3 já prevê a implantação
246 de sistemas de reuso utilizando tecnologias alternativas no semiárido. Em seguida, Márcio Pedrosa parabeniza a
247 Agência Peixe Vivo pelo trabalho minucioso de revisão do PAP, parabeniza a DIREC e membros do comitê pelo
248 olhar voltado ao saneamento e meio ambiente. Segundo ele, a questão levantada sobre o semiárido é importante
249 e sugere ao Johan Gnadlinger que pense em uma possibilidade de parceria no Ceará com o CISAR, uma das
250 instituições no Brasil que mais tem avançado com relação ao saneamento rural em regiões parecidas com o
251 semiárido. Ednaldo Campos pede a palavra, informa que está de acordo com o pensamento de Johan Gnadlinger
252 e Márcio Pedrosa e que é necessário colocar um aporte maior para ao menos juntar água para o sertão baiano. A
253 Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo passa a palavra ao Marcelo Fonseca, que sugere que seja
254 implementada uma ferramenta no SIGA que facilite a visualização espacial da distribuição dos recursos ao longo
255 de toda a bacia a fim de ver a equidade na distribuição dos recursos. Em seguida, com a palavra, João Pedro

256 agradece a oportunidade, reafirma a importância de que todos leiam a respeito das ações e faz observações a
257 respeito das ações de fiscalização. Ele afirma que é preciso implementar novas formas de campanha de
258 fiscalização e levanta a ideia de implementação de ações de esgotamento sanitário fora da calha do Rio São
259 Francisco. Thiago Campos agradece o comentário de João Pedro e esclarece que o investimento em coleta e
260 tratamento de afluentes sanitários com recursos da cobrança é ainda o início de um processo. Ele acredita que
261 talvez essa seja uma das maiores demandas que a Bacia do Rio São Francisco tem hoje e impacta fortemente o
262 Baixo São Francisco, finaliza dizendo que a tendência é que o projeto seja expandido para outras regiões. Rúbia
263 Mansur passa a fala para a Professora Yvonilde Medeiros que questiona a respeito da Oficina citada por Johan
264 Gnadlinger, segundo ela a ideia após a Oficina era gerar um Termo de Referência que levasse a uma quantidade
265 de ações no semiárido e por isso ela gostaria de saber se não é preciso fazer alguma coisa para reforçar essa
266 proposta. Johan Gnadlinger responde que foram pelo menos dez (10) ações formuladas após o evento e afirma
267 que as relembrou para que elas não caíam no esquecimento. Thiago Campos explica que existem recursos
268 distribuídos no semiárido e que as ações não são exclusivas, que existem diversos investimentos previstos. Explica
269 também que o novo modelo de PAP traz metas físicas e que todos podem visitar no SIGA as ações com o prefixo
270 “2.2” o qual indica uma série de metas para o semiárido. Com a palavra, Claudio Pereira afirma ser muito
271 satisfatória a apresentação sobre a aplicação dos recursos na Bacia do Rio São Francisco, elogia a Agência Peixe
272 Vivo pela sua eficiência, mas queixa a respeito das dificuldades técnicas para desenvolvimentos dos projetos. Para
273 ele, há uma deficiência ainda de corpo técnico para atender as demandas e por isso é preciso diversificar o
274 máximo possível as ações por região e categoria de atividade. Além disso, afirma que é necessário a realização de
275 acordos com as prefeituras para cooperação técnica de responsabilidade a fim de fazer com que os projetos
276 aconteçam em cidades como Bom Jesus da Lapa. Por fim, pede que uma equipe seja criada para fazer o
277 levantamento de todas as ações realizadas desde o início da aplicação até o momento, pois muitas ações positivas
278 foram feitas, mas não são divulgadas. Thiago Campos informa que a Agência está com processo de seleção em
279 andamento justamente pensando em incrementar seu corpo técnico a fim de atender as demandas do Comitê de
280 Bacia do Rio São Francisco. Acrescenta informando que o Município de Bom Jesus da Lapa foi convidado a
281 participar do processo de seleção do projeto e o município escolheu não participar. Thiago Campos também
282 ressalta que recentemente houve uma apresentação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e foram
283 apresentados os investimentos do CBHSF os quais foram bastante elogiados, o que mostra o bom uso dos
284 recursos por parte do CBHSF. Maciel Oliveira, Vice-presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São
285 Francisco, cumprimenta a todos e afirma que se sentiu contemplado com a fala do Thiago Campos em relação a
286 abertura do Edital de Seleção de Pessoal e sobre o convite realizado ao município de Bom Jesus da Lapa. Informou
287 também ao Johan Gnadlinger que o trabalho no semiárido foi iniciado agora e que é um processo que está
288 começando, que existem já trabalhos sendo feitos em toda bacia os quais podem ser vistos no site do Comitê.
289 Finaliza dizendo que sempre há o que melhorar, que as discussões presenciais fazem falta e agradece a
290 oportunidade. Em seguida, Evanildo Lima, traz uma questão, que foi levantada por ele na Câmara Consultiva
291 Regional do Médio São Francisco, sobre a seleção dos projetos de recuperação ambiental. Para ele,
292 aparentemente os projetos são realizados por demanda, e segundo ele o CBHSF deveria trabalhar de maneira a
293 induzir determinados tipos de projetos ao invés de trabalhar somente de forma passiva acolhendo as demandas.
294 Assim, os projetos de recuperação poderiam se somar ao invés de serem projetos isolados sem conexões entre si.
295 Ednaldo Campo, em resposta ao Claudio Pereira, diz que foi feito contato com os representantes do município de
296 Bom Jesus da Lapa e que todos os encaminhamentos para participação da cidade foram feitos. Thiago Campos
297 complementa que o único município do Médio São Francisco que não se manifestou foi Bom Jesus da Lapa. A
298 Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, Rúbia Mansur, dá continuidade à Plenária e coloca a Deliberação
299 sobre a Alteração do Plano Plurianual 2021-2025 em votação, sem nenhum voto contrário, ela declara a
300 Deliberação aprovada. Logo em seguida, indica o próximo ponto da pauta que é a apresentação do Plano Nacional
301 de Recursos Hídricos. Rúbia Mansur e Anivaldo Miranda agradecem a presença da Adriana Costa, do Ministério do
302 Desenvolvimento Regional (MDR), e passa a palavra para realização da apresentação. Adriana Costa inicia a
303 apresentação a respeito da Elaboração do Novo Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040. Ela começa
304 contextualizando a linha do tempo sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), explica as atribuições em
305 relação ao plano e o papel de cada ente parte do PNRH. São apresentadas as dezesseis (16) prioridades do PNRH
306 2006-2021, explica que em 2021 estão sendo concluídas as prioridades anteriores e sendo elaboradas as novas.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XL PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
06 DE MAIO DE 2021 – VIDEOCONFERÊNCIA

307 Fala sobre as dez (10) premissas básicas para Elaboração do novo Plano, ressalta que o documento não está
308 sendo construído do zero e que está sendo trabalhado em cima de estudos já realizados. Salienta a importância
309 de incorporar ao plano as experiências adquiridas a respeito de crises hídricas e explica organização do conteúdo
310 o qual será dividido em Diagnóstico e Prognóstico, Plano de Ação e Anexo Normativo. Segundo ela, foram feitas
311 Oficinas regionais com o objetivo de reunir contribuições ao conteúdo do Diagnóstico e Prognóstico dos Recursos
312 Hídricos no Brasil e levantar questões relevantes para o Plano de Ação. Afirma que agora serão feitas as oficinas
313 setoriais e posteriormente uma oficina com a sociedade civil. Finaliza apresentando os canais de participação e
314 agradece o convite. Rúbia Mansur abre para participação dos demais. A Professora Yvonilde Medeiros pede a
315 palavra e convida a Adriana Costa para palestrar na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com a palavra, Wilson
316 Melo, do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), agradece a oportunidade ao CBHSF pela interação e
317 oportunidade em abordar o Plano de Recursos Hídricos. João Pedro Silva Neto parabenizou a apresentação e
318 questionou os meios de participação nas oficinas. Em resposta Adriana Costa informa que tem contado com a
319 participação do Fórum Nacional de Comitês de Bacia e com os Órgãos Gestores Estaduais para mobilização dos
320 Comitês. Segundo ela os interessados em geral podem acessar e se inscrever para os eventos no site do PNRH.
321 Wilson Melo complementa dizendo que as oficinas estão sendo transmitidas via *YouTube* no perfil do Ministério
322 de Desenvolvimento Regional. A Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, Rúbia Mansur, agradece a
323 participação e em seguida passa a palavra para Luciene Menezes apresentar sobre o Projeto Lagoa de Itaparica.
324 Luciene Menezes, da equipe técnica da Inovesa, se identifica, apresenta dados sobre o Projeto Executivo de
325 Limpeza da Lagoa de Itaparica na Bahia e mostra os principais envolvidos no projeto. Ela explica o escopo,
326 objetivo e, com a contribuição dos demais pesquisadores, detalha os produtos que envolvem o projeto executivo.
327 O Presidente Anivaldo Miranda faz duas perguntas sobre o projeto. Primeiro, questiona se a mortandade de
328 peixes será inevitável devido ao novo padrão de estiagem e quais as soluções para evitar esse cenário. A segunda
329 pergunta é qual o papel da superexploração da água subterrânea no entorno da lagoa. Para ele a exploração
330 desordenada da água subterrânea em situações desfavoráveis contribui para o desencadear do cenário
331 apresentado, o que sugere a necessidade de intervenção e monitoramento. Representante da empresa responde
332 que é necessário realizar inventário das captações que não são outorgadas e fazer uma relação entre a recarga de
333 outros aquíferos ao redor. Luciene Menezes, complementa informando que de fato há o risco de novo episódio
334 de mortandade de peixes e que há uma proposta para um plano de ação emergencial para resgate dos peixes.
335 Com a palavra, Ricardo dá continuidade à apresentação do estudo ambiental e sobre a Ictiofauna da região e em
336 conclusão afirma que a Lagoa de Itaparica funciona como berçário e crescimento de peixes uma vez que foram
337 encontrados nesse local recrutamento de espécies migradoras nativas como *L.piau*, *L.taeniatus*, *M.obtusidens* e *P.*
338 *pohli*. Luciene Menezes finaliza dizendo que após o projeto ocorrerá a obra e continuidade de ações sócio
339 ambientais. Ednaldo Campos, coordenador da CCR Médio SF, afirma que teve o prazer de acompanhar esse
340 trabalho, mas sempre questionou a respeito dos poços ao redor da lagoa e gostaria que alguém falasse sobre essa
341 questão. Segundo ele, falta um programa de fiscalização permanente na lagoa e pede que seja feita uma parceria
342 com o Comitê a fim de implementar programas de preservação ambiental. Por fim, solicita uma compensação
343 para a comunidade Lagoa dos Gomes que vive em uma área muito isolada. Em seguida, o vice-presidente Maciel
344 Oliveira parabeniza o projeto, mas pede para que as perguntas sejam feitas posteriormente a fim de tratar o
345 próximo ponto de pauta. Ednaldo Campos sugere que seja feito um seminário para exposição do estudo
346 apresentado. Com a palavra, o presidente Anivaldo Miranda pede que seja indicado, na conclusão do trabalho, os
347 estudos complementares que precisam ser feitos, que haja também uma interação com o governo da Bahia para
348 apresentação do trabalho ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e afirma que é necessário discutir a questão
349 do levantamento da água subterrânea a qual é responsabilidade do estado da Bahia. Claudio Pereira
350 complementa dizendo que o CBHSF precisa abraçar essa questão da Lagoa de Itaparica, pois ela serve de exemplo
351 para outras lagoas e sugere à Inovesa a apresentação de novas ações para serem executadas ao longo do tempo.
352 Posteriormente, Ailton Rocha parabeniza o estudo feito e sugere que seja estendido para todo o Rio São Francisco
353 e seus principais afluentes, uma vez que existe uma lacuna no Plano da Bacia do Rio São Francisco com relação à
354 geomorfologia da Bacia. Na sequência, Rubia Mansur, ao passar para o próximo ponto de pauta, convida o Dr.
355 Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira, engenheiro da Codevasf para o lançamento de seu livro. O Dr. Carlos Hermínio
356 agradece o espaço, saúda os participantes e os que contribuíram para o livro. Apresenta a capa de sua obra e fala
357 sobre sua formação acadêmica e sobre as pesquisas realizadas as quais deram embasamento ao livro. O conteúdo

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XL PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
06 DE MAIO DE 2021 – VIDEOCONFERÊNCIA

358 do livro está estruturado em cinco (5) capítulos e o autor detalha cada um deles. Por fim, o Dr. Carlos Hermínio
359 disponibiliza os meios para aquisição do produto e agradece a oportunidade. Em seguida Ailton Rocha parabeniza
360 o doutor pela obra. Anselmo Caires dá os parabéns à equipe pelo projeto da Lagoa de Itaparica e também ao Dr.
361 Carlos, aproveita a oportunidade para agradecer ao Athadeu da Silva pelo apoio no peixamento da Barragem do
362 Zabumbão. Em resposta, Athadeu da Silva afirma que seu papel é viabilizar as recomendações feitas pela
363 Codevasf. O presidente Anivaldo Miranda parabeniza ao Dr. Cláudio pela obra e, não havendo mais assunto a
364 tratar, agradece a presença de todos e declara encerrada a XL Plenária Ordinária do CBHSF.



Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF



Lessandro Gabriel da Costa
Secretário do CBHSF